

Comando de Greve dos técnicos reúne-se com direção da Policlínica



O Comando de Greve dos técnico-administrativos da Uerj se reuniu nesta segunda-feira (28/03) com o diretor da Policlínica Piquet Carneiro (PPC), Luis Cristóvão Porto, na própria PPC. Entre os objetivos do encontro, as denúncias de assédio moral de chefias setoriais e a situação dos contratados que estão desde outubro de 2015 sem receber. Uma servidora da PPC afirmou que várias reclamações têm chegado ao Comando de Greve dando conta de que as chefias estão decidindo unilateralmente as atividades consideradas essenciais no atual período grevista, desrespeitando decisão da assembleia dos técnicos que definiu que as referidas atividades seriam decididas conjuntamente por cada setor. Segundo ela, há ainda relatos de que diretores chegam a decretar que seu setor não entrará em greve, fazendo pressão pela continuidade

dos serviços mesmo sem as mínimas condições de asseio e, em alguns casos, determinando que os próprios servidores façam a limpeza. O coordenador geral do Sintuperj Jorge Luís Mattos (Gaúcho) afirmou que “não é nossa intenção obrigar nenhum servidor a fazer greve, do contrário haveria piquetes!”. Ele ressaltou que a greve foi imposta pelo governo e sua política de sucateamento, e que antes mesmo de deflagrada a greve a Policlínica já funcionava abaixo das essencialidades. Ele considerou inadmissível obrigar o funcionário a fazer limpeza de seu local de trabalho. “Tenho tido várias queixas”, garantiu. Gaúcho ainda questionou a situação dos cerca de 80 trabalhadores contratados diretamente pela Uerj e que estão desde outubro do ano passado sem receber salários, classificando a condição destes trabalhadores como a de escravos.

O coordenador geral do Sintuperj reiterou que o sindicato terá que oferecer uma denúncia contra a Uerj no Ministério Público. O diretor da PPC afirmou que não há nenhuma cobrança da direção geral para que as chefias contrariem o direito de greve e as decisões da assembleia. Disse desconhecer qualquer tipo de pressão das chefias para que os técnico-administrativos não adiram à greve. “Não vamos impor [essencialidades] até porque vocês estão mais aptos [a definirem]. Sobre a situação dos serviços de limpeza, a cargo da empresa terceirizada Construir, o diretor afirmou que a situação é crítica e que devido aos atrasos nos repasses da Uerj a empresa não paga os trabalhadores e, conseqüentemente, a PPC fica sem serviços básicos. Segundo ele, a situação é crítica pois a empresa não rompe o contrato e mesmo se o fizesse ele afirma que os atrasos nos repasses espantariam outras terceirizadas que poderiam nem mesmo ter qualificação para limpeza hospitalar. Ele ainda afirmou que estão sendo fornecidos auxílios transportes aos trabalhadores que ainda continuam a trabalhar apesar dos atrasos, mas garantiu que o número é insuficiente para atender minimamente às necessidades da Policlínica. Em relação aos contratados, Cristóvão afirmou que no último dia 23 foi pago o salário de fevereiro.



O Comando de Greve Unificado reuniu-se com o secretário de Ciência e Tecnologia, Gustavo Tutuca (23/03). O encontro ocorreu na própria Secretaria e tinha como objetivo obter um panorama das reivindicações apresentadas na primeira reunião, ocorrida na Reitoria da Uerj (07/03). Uma foi o pagamento das empresas terceirizadas. Foi consenso que mesmo que a Uerj encerrasse a greve ela não teria condições de ser reaberta devido à falta de serviços operacionais, como os de limpeza. Sobre isso, o secretário Tutuca afirmou que o Governo está negociando com as empresas. Sobre um possível reajuste salarial, Tutuca foi incisivo em dizer que não é possível tratar do assunto, pois o governo não está conseguindo pagar nem o salário no dia correto. Complementou que a Secretaria de Fazenda está centralizando as discussões referentes aos salários. Em relação às bolsas, afirmou que está mantido o calendário apresentado na primeira reunião. De acordo com ele, em julho serão pagos dois meses, e em agosto outros dois. Além disso, as bolsas serão pagas na mesma data dos salários dos servidores. Disse ainda que as bolsas da Faperj também estavam sendo

regularizadas, tendo sido feito pagamento inclusive no corrente dia. Um dos pontos levantados pela presidente da Asduerj, Lia Rocha, foi com relação à inclusão do adicional de Dedicção Exclusiva na aposentadoria. Tutuca afirmou que a solução mais segura é através de um projeto de lei na Alerj, mas deixando claro que o momento econômico não é o mais propício para tal investida. O coordenador geral do Sintuperj Jorge Luís Mattos (Gaúcho) afirmou que os técnico-administrativos contribuíram nas discussões sobre a DE e defendeu a reivindicação docente. Gaúcho também ressaltou que os técnico-administrativos também têm uma demanda semelhante: a inclusão do adicional de periculosidade na aposentadoria. Ele lembrou que em 2008 o Governo Sérgio Cabral caçou o direito dos servidores que faziam jus ao adicional na aposentadoria. Ele ainda ressaltou que o adicional é recebido por técnicos e docentes, classificando-o como uma espécie de “DE da Saúde”. Segundo ele, os servidores chegam a perder 40% de proventos na aposentadoria. “DE e periculosidade têm que caminhar juntas. Trabalhamos há tempos nas duas. Não é agora que uma vai avançar e a outra não”, afirmou. Gaúcho citou também a questão do adicional de insalubridade, que é calculado erradamente sobre o salário mínimo quando deveria incidir

sobre o salário base. Lembrou que a Lei 6701/2014 (segundo plano de carreira dos técnico-administrativos da Uerj) contém um “bacalhau legislativo”, no qual inspetores do estado foram beneficiados com reajuste salarial através de uma mensagem de lei. Para ele, o mesmo recurso pode ser utilizado em favor dos servidores da Uerj. Os estudantes ressaltaram a necessidade de um restaurante estudantil nos campi, sobretudo na Faculdade de Formação de Professores (FFP) e na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), que têm, respectivamente, 3.000 e 1.500 estudantes. Também defenderam o passe livre intermodal para atender aos estudantes que moram fora do município carioca, e também àqueles que apesar de residirem no município do Rio precisam pegar dois meios de transporte para chegar à universidade. Sobre essa questão, a vice-reitora Georgina Muniz, respondeu que a Reitoria está fazendo um levantamento dos projetos sobre a construção de restaurantes estudantis para que a Uerj possa não apenas reivindicar a sua construção junto ao Governo, mas demonstrar sua necessidade. Além disso, acrescentou que paralelamente estão sendo definidas as prioridades, como questões referentes à acessibilidade e à climatização. Ficou definida a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para debater especificamente a Dedicção Exclusiva e os adicionais de periculosidade e insalubridade. O GT já se reunirá na próxima semana com o secretário Gustavo Tutuca. Este solicitou que na ocasião seja entregue a pauta unificada de reivindicações do Comando de Greve.